

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.215 - PR (2019/0288390-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : ADRIANO HENEQUIM
ADVOGADO : LIZANDRA DE ALMEIDA TRES LACERDA - PR049033

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PAGAMENTO. OBRIGAÇÃO DO ESTADO. RESSARCIMENTO DO VALOR ADIANTADO PELO INSS. PROCEDÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 237):

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - IMPROCEDÊNCIA. RECURSO 01 (AUTOR) - CONCESSÃO DO AUXÍLIO -ACIDENTE - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO DA SEQUELA NA CAPACIDADE FUNCIONAL DO AUTOR. RECURSO 02 (REQUERIDA). - RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO PELO CUSTEIO DA PERÍCIA JUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE - AUTOR, SUCUMBENTE, QUE É BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA - OBRIGAÇÃO DE CUSTEIO QUE DERIVA DE PREVISÃO LEGAL - CONDENAÇÃO MANTIDA RECURSO 01 CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO 02 CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente, nas razões do recurso especial, alega em síntese que: i) a Autarquia apenas adianta os honorários periciais, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei n. 8.620/1993; ii) como em qualquer outra demanda, o vencido deve devolver ao vencedor os valores adiantados a título de honorários periciais, despesa processual que é; iii) nas causas acidentárias, em caso de AJG, a parte autora é isenta de tal pagamento, na forma do artigo 129, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991; e iv) diante da AJG, a responsabilidade de ressarcimento à parte vitoriosa recai, então, diretamente sobre o Estado, na forma do artigo 1º da Lei 1.060/1950, que, afinal, concretiza o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 284.

É o relatório. Passo a decidir.

A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que "o ônus de arcar com honorários periciais, na hipótese em que a sucumbência recai sobre o beneficiário da assistência judiciária, deve ser imputado ao Estado, que tem o dever constitucional de prestar assistência judiciária aos hipossuficientes." (AgRg no REsp 1.352.121/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 18/3/2013).

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. HONORÁRIOS PERICIAIS. RESSARCIMENTO AO INSS. SUCUMBÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

BENEFICIÁRIO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA/ISENÇÃO LEGAL. DEVER DO ESTADO.

I - A jurisprudência do STJ é no sentido de que o ônus de arcar com honorários periciais, na hipótese em que a sucumbência recai sobre o beneficiário da assistência judiciária gratuita ou de isenção legal, como no caso dos autos, deve ser imputado ao Estado, que tem o dever constitucional de prestar assistência judiciária aos hipossuficientes. Precedentes: AgInt no REsp n. 1.592.790/SC, Rel.

Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 16/5/2017, DJe 23/6/2017; AgRg no REsp n. 1.333.807/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 2/4/2013, DJe 5/4/2013; e AgRg no Ag n. 1.223.520/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 14/9/2010, DJe 11/10/2010.

II - Deve ser provido o recurso especial para condenar o Estado de Santa Catarina a ressarcir as despesas realizadas pelo INSS a título de antecipação de honorários periciais em ação acidentária julgada improcedente.

III - Recurso especial provido. (REsp n. 1.666.788/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 4/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS PERICIAIS. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. PAGAMENTO. OBRIGAÇÃO DO ESTADO. SÚMULA 83/STJ

1. É quinquenal o prazo de prescrição para a cobrança dos honorários do perito quando a parte vencida for beneficiária da gratuidade de justiça, consoante os arts. 12 da Lei 1.060/1950 e 1º do Decreto 20.910/32.

2. Conforme a recente e reiterada jurisprudência de ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção do STJ, é dever do Estado arcar com o ônus do pagamento dos honorários periciais nos casos em que o beneficiário da assistência judiciária gratuita ficar sucumbente.

3. O acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ. Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1.338.974/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/5/2014)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO DECRETO 20.910/32. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL NAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS AJUIZADAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO. HONORÁRIOS PERICIAIS. SUCUMBENTE O BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. DEVER DE GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA E PRESTAR ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Primeira Seção dessa Corte Superior de Justiça, no julgamento do REsp. 1.251.993/PR, sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou o entendimento de que deve ser aplicado o prazo prescricional quinquenal previsto do Decreto 20.910/32 nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.

2. As despesas pessoais e materiais necessárias para a realização da perícia estão protegidas pela isenção legal de que goza o beneficiário da

Superior Tribunal de Justiça

gratuidade de justiça. Assim, como não se pode exigir do perito a realização do serviço gratuitamente, essa obrigação deve ser do sucumbente ou, no caso de ser o beneficiário, do Estado, a quem é conferida a obrigação de prestação de assistência judiciária aos necessitados. Precedentes desta Corte Superior: REsp. 1170971/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe 03.2010 e AgRg no REsp 1.274.518/MG, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 07.03.2012.

3. Agravo Regimental do Estado de Minas Gerais desprovido. (AgRg no AREsp 352.498/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 27/9/2013)

Ainda no mesmo sentido, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: RESP 1.433.199/SC, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, publicado no DJe em 20/2/2014 e RESP 1.456.698/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, publicado no DJe 4/6/2014.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**, para reconhecer o direito do INSS à restituição dos honorários periciais que adiantou, a serem pagos pelo Estado do Paraná/PR.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 06 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator